

Pibinho desafia Levy

» DECO BANCILLON

A futura equipe econômica da presidente Dilma Rousseff, liderada por Joaquim Levy à frente do Ministério da Fazenda, não terá vida fácil. Nos últimos quatro anos, o país conviveu com uma combinação perversa — baixo crescimento e inflação alta —, o que resultou em uma onda de desconfiança que há mais de uma década não se via no país. Apesar das promessas do governo, a retomada do Produto Interno Bruto (PIB) a partir da segunda metade de 2014 não aconteceu. E quando se olha para a frente, o quadro é nebuloso.

Nos últimos quatro trimestres, o Brasil encolheu em três. Na próxima sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o resultado do PIB de julho a setembro e a aposta dominante entre os especialistas é de avanço entre 0,1% e 0,2%, resultado insuficiente para assegurar que a economia saiu do atoleiro. Se quiser realmente deixar a era do Pibinho para trás, Levy precisará de muito mais do que um bom discurso. Terá de convencer Dilma a assumir os erros que minaram a atividade. E, sobretudo, mudar os rumos da política econômica.

A boa notícia é que, mesmo minguido, o PIB do terceiro trimestre mostrará que o Brasil saiu da recessão. Nada mais que isso. No geral, a situação da economia é desoladora. A indústria encolhe há cinco trimestres consecutivos e demite sem parar. O desemprego, por sinal, voltou ao radar dos analistas depois de outubro registrar o fechamento de mais de 30 mil vagas no mercado de trabalho em geral. Ao mesmo tempo, a inflação se mantém resistente e o crédito rareou, dificultando a expansão do consumo das famílias, que vinha sendo, até então, o único pilar de sustentação do crescimento econômico.

“O consumo das famílias não tem mais o fôlego de antes”, diz o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, que prevê recuo de 0,1% no consumo das famílias de julho a setembro. Se confirmada, será a segunda queda em três trimestres. “Resumindo: no ano, o crescimento do consumo das famílias é zero. Significa que estamos estagnados”, reforça. Para ele, o modelo de crescimento baseado apenas na demanda dos lares se esgotou. A hora é de estimular o crescimento puxado pelos investimentos que elevem a produtividade, sobretudo na indústria.

Intervencionismo

Virar o jogo significará um governo menos intervencionista e mais poupador. Acreditando que poderia impulsionar a economia, o Palácio do Planalto não se intimidou em abrir os cofres públicos. Gastou o que podia e o que não podia, a ponto de o rombo nas contas do Tesouro Nacional ter chegado a 5% do PIB — nível de países em crise. Diante dos descalabros, acabou a margem de manobra para benesses. Mesmo para o privilegiado setor automobilístico, que, a partir de 1º de janeiro de 2015, voltará a pagar integralmente o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O objetivo é melhorar a arrecadação e garantir a recuperação do superávit primário, que desabou no ano. Se isso não ocorrer, Dilma poderá carimbar em Levy a pecha de que, na gestão dele na Fazenda, o Brasil foi rebaixado e perdeu o grau de investimento.

Antes de Joaquim Levy suceder

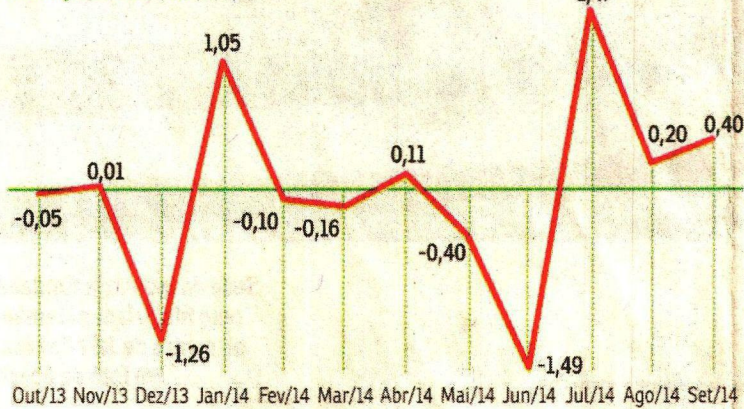
Retomada incerta

Crescimento da economia continua fraco, para desespero do governo

Suspiro

Considerado um termômetro do PIB, indicador do BC sinaliza melhora na atividade

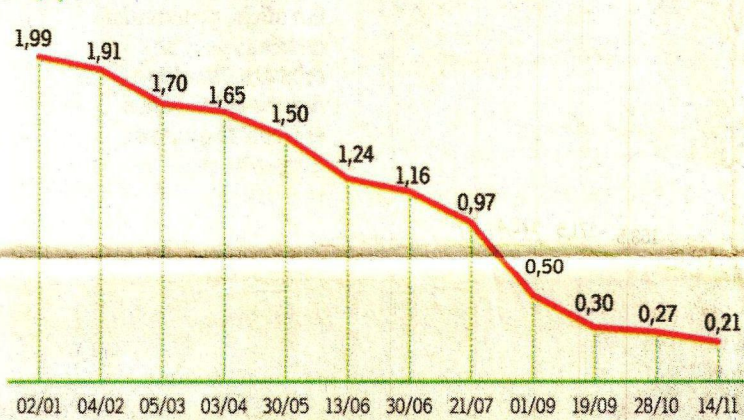
Evolução do IBC-Br (em %)



Credibilidade zero

As expectativas para a economia pioram semana após semana

Projeção do PIB em 2014 (em %)



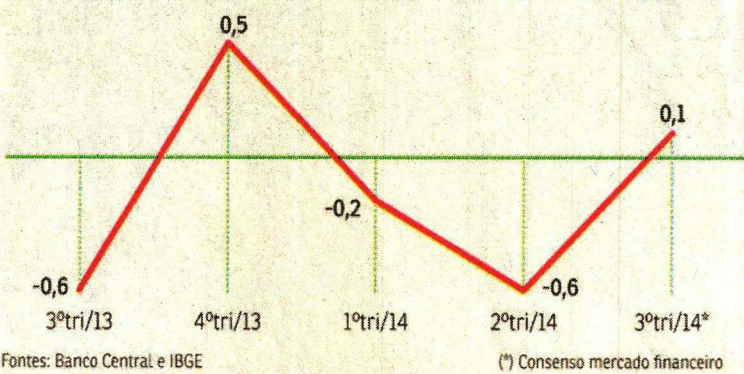
Nada a comemorar

Principais setores ainda não deram sinais de retomada

Sector	3ºtri/13	4ºtri/13	1ºtri/14	2ºtri/14	Acumulado no ano
Indústria	-0,3	-0,3	-1,2	-1,5	-1,4
Serviços	0,1	0,5	0,0	-0,5	1,1
Consumo das famílias	0,8	0,8	-0,2	0,3	1,7
Consumo do governo	0,6	0,8	0,4	-0,7	2,1
Investimentos	-1,7	-1,9	-2,8	-5,3	-6,8
Exportação	-1,0	3,9	-3,8	2,8	2,3
Importação	-0,6	-0,7	0,9	-2,1	-0,6

Na mesma

Previsões para o desempenho do terceiro trimestre ainda são pouco animadoras



Fontes: Banco Central e IBGE

(*) Consenso mercado financeiro



Sem melhora à vista

O setor produtivo está em recessão desde 2013 e começou a demitir. Apenas a indústria de São Paulo já desligou 51 mil funcionários em 2014, o pior resultado desde 2006. Dos 22 setores industriais, 14 apontam saldo negativo no quadro de pessoal. Mas, pior do que olhar para trás, é saber que não há melhora à vista. Ainda está longe o processo de recuperação das fábricas, um vez que o consumo das famílias perdeu força e as exportações estão em queda, devido à fragilidade da atividade global. Nem mesmo os bilhões em subsídios concedidos pelo governo à indústria nos últimos anos foram suficientes para reverter o encolhimento do setor.

Cenário desanimador

O que joga contra o PIB em 2014



Inflação

O custo de vida vem se mantendo no teto da meta, de 6,5%, há vários meses. Os especialistas garantem que a carestia persistente prejudica a retomada do crescimento, porque reduz o poder de compra das famílias e dificulta o planejamento de empresas. A última vez que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou dentro do alvo (de 4,5% ao ano) foi em 2009.



Contas públicas

Para tentar estimular o crescimento, o governo ampliou gastos e concedeu incentivos tributários. O resultado foi uma piora no saldo nominal das contas públicas, que inclui todas as despesas do governo, inclusive os juros. Por esse parâmetro, o Brasil detém um déficit cerca de três vezes superior à média dos países emergentes, e se a sangria não estancar, o rebaixamento do país virá em 2015.



Sector externo

Além de ter inflação alta e contas públicas desarranjadas, o Brasil está cada vez mais vulnerável a choques externos. Nem mesmo a economia em estagnação — o que levaria, em tese, a uma queda nas importações — conseguiu reduzir o rombo externo. Em setembro, as trocas do país com o resto do mundo ficaram no vermelho em US\$ 7,9 bilhões, o pior resultado para o mês desde 1980.



Juros

Os juros voltaram a subir. Apenas três dias após a reeleição de Dilma, o BC anunciou a elevação da taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 11,25% ao ano. Em dezembro, a taxa deve subir mais 0,5 ponto. A alta dos juros tem por objetivo reduzir o crédito e desestimular o consumo das famílias, de modo a conter a inflação. Mas, como efeito colateral, acaba por reduzir mais o crescimento econômico.



Dólar

O BC condicionava o recuo da inflação à cotação do dólar para R\$ 2,25, mas, desde setembro, a divisa subiu mais de 15%, para acima de R\$ 2,60 — o maior patamar desde 2005. Acontece que cada alta de 10% da moeda norte-americana tem potencial de elevar o IPCA em 0,5 ponto percentual em 12 meses.



Investimento

A falta de investimentos é, hoje, o maior gargalo ao crescimento do país. A taxa que mede o desembolso de recursos em projetos de expansão da capacidade produtiva encolheu 6,8% no ano, conforme o BC. Como a tendência é que ela permaneça baixa, o Brasil continuará sendo um monumento ao desperdício, já que boa parte dos alimentos se perde durante o transporte, por causa da falta de estradas transitáveis.

Thiago Fagundes/CB/D.A Press

Mantega, o governo tenta fazer sua última manobra na área fiscal: mudar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014. O projeto sob análise do Congresso prevê que o setor público consolidado economize R\$ 99 bilhões para saldar os juros da dívida. Com a alteração, a meta será abandonada. Apenas em setembro, o rombo nas contas públicas, sem contar os gastos com juros, foi de R\$ 25 bilhões — o pior resultado desde 1997.

Ao aceitar o convite para a Fazenda, Levy avisou a Dilma que sua prioridade será retomar o ajuste fiscal. Mesmo que, num primeiro momento, o arrocho nos gastos leve a um crescimento ainda menor na economia. De um lado, justificou ele, o governo conseguirá retomar a confiança dos investidores. De outro, o Banco Central não será obrigado a pesar tanto a mão no aumento da taxa básica de juros (Selic), que está em 11,25% ao ano, meio ponto percentual acima do que Lula entregou à sucessora, quando ela assumiu em 2011.

A gastança desenfreada vem mantendo o custo de vida sistematicamente no teto da meta, de 6,5%. Nos 12 meses terminados em outubro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cravou alta de 6,59%, estourando, pela quinta vez no ano, o limite de tolerância. Desde 2009 o país não sabe o que é ter a carestia no centro da meta, de 4,5%. E pode piorar. “Esperamos que o IPCA continue apresentando resultados elevados, pressionado, principalmente, pelos reajustes de tarifas como as de energia elétrica — mesmo com um possível racionalismo — e de transporte público”, diz Octavio de Barros, diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.

Mundo não ajuda

O próprio governo parece crer que 2014 será um ano perdido em termos de crescimento. Prova disso é que, na sexta-feira, reduziu de 0,9% para 0,5% a previsão de expansão do PIB. Mas, mesmo esse número, está otimista ante o que os especialistas projetam, entre zero e 0,2%. Também para 2015 a situação é desanimadora. “Pre vemos que o PIB cresça 1% no próximo ano, mas com risco de vir abaixo disso, dado o quadro de fragilidade da economia”, dispara o economista-chefe da LCA consultores, Bráulio Borges.

Para ele, a manutenção de um quadro de estagnação ou a perspectiva de melhora do crescimento dependem exclusivamente dos próximos passos que tomará a equipe econômica escolhida por Dilma para conduzir o país pelos próximos quatro anos — Levy na Fazenda, Nelson Barbosa no Planejamento e Alexandre Tombini no BC. “O que pode calibrar o crescimento é a confiança, que depende da nova equipe econômica e da capacidade dela de fazer o que precisa ser feito”, frisa.

Borges não tem dúvidas de que o quadro externo adverso joga contra o Brasil. Os preços dos principais produtos exportados pelo país estão em queda, como o minério de ferro, o petróleo e a soja. Somente a cotação média dos cereais teve queda de 18% em 2014, até outubro. “Já faz quatro anos que nós, analistas, esperamos que o mundo melhorasse, mas, até agora, nada aconteceu. E há a perspectiva de novas frustrações. Não dá para contar com o setor externo para melhorar o nosso PIB em 2015”, conclui.

Investimentos despencam

A alta dos juros é má notícia para os investimentos produtivos. Com taxas mais altas, as empresas fogem de empréstimos. Os desembolsos para a ampliação de fábricas já caíram 6,8% neste ano, o que enterrou a promessa da presidente Dilma Rousseff de elevar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) a 25% do Produto Interno Bruto (PIB) até o fim de 2014. No governo dela, a taxa de investimentos desabou para 16,5% do PIB. Sem estradas transitáveis, com portos ultrapassados e falta de ferrovias, o Brasil continua sendo um monumento ao desperdício. Apenas as perdas da agronegócio com a precariedade das rodovias chegam a R\$ 1 bilhão por ano.